

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

(Em fase pré-operacional)

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

| | |
|--|----------|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis | 1 |
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado | 5 |
| Demonstração do resultado abrangente | 6 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) | 7 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 8 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 9 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Eólica do Agreste Potiguar I S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica do Agreste Potiguar I S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos

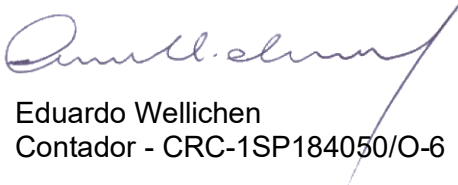
ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|----------|---------------|--------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | 3.447 | 426 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 217 | 10 |
| Investimento de curto prazo | 5 | 3.138 | 386 |
| Tributos a recuperar | | 44 | 2 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 15 | 28 |
| Outros ativos | | 33 | - |
| Não circulante | | 35.040 | 1.564 |
| Imobilizado | 6 | 35.038 | 1.564 |
| Intangível | | 2 | - |
| Total do ativo | | 38.487 | 1.990 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | 536 | 156 |
| Fornecedores | | 88 | 1 |
| Salários, férias a pagar | | 375 | 155 |
| Tributos a recolher | | 73 | - |
| Não circulante | | 38.066 | 1.921 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 7.1 | 38.066 | 1.921 |
| Patrimônio líquido | 8 | (115) | (87) |
| Capital social | | 1 | 1 |
| Prejuízos acumulados | | (116) | (88) |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 38.487 | 1.990 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------|--------------------|--------------------|
| Despesas operacionais | | | |
| Administrativas e gerais | 9 | (28) | (51) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro | | <u>(28)</u> | <u>(51)</u> |
| Despesas financeiras | | - | (2) |
| Receitas financeiras | | - | 7 |
| | | <u>-</u> | <u>5</u> |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | | <u>(28)</u> | <u>(46)</u> |
| Prejuízo do exercício | | <u><u>(28)</u></u> | <u><u>(46)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-------------|-------------|
| Prejuízo do exercício | (28) | (46) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | (28) | (46) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
|--|----------------|----------------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 1 | (42) | (41) |
| Prejuízo do exercício | - | (46) | (46) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1 | (88) | (87) |
| Prejuízo do exercício | - | (28) | (28) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1 | (116) | (115) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------|-----------------|----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo do exercício | | (28) | (46) |
| Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Receita de aplicações financeiras | | (203) | - |
| | | (231) | (46) |
| Redução no ativo | | | |
| Tributos a recuperar | | (42) | (1) |
| Despesas pagas antecipadamente | | 13 | (28) |
| Outros ativos circulantes e não circulantes | | (29) | - |
| | | (58) | (29) |
| Aumento (redução) no passivo | | | |
| Fornecedores | | 87 | (19) |
| Salários, férias a pagar | | 220 | - |
| Tributos a recolher | | 73 | - |
| | | 380 | (19) |
| Caixa gerado proveniente (aplicado) das atividades operacionais | | | |
| | | 91 | (94) |
| Imposto de renda e contribuição social recolhidos | | (1) | - |
| | | 90 | (94) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Adições no imobilizado | 6 | (33.474) | (1.409) |
| Adições no intangível | 6 | (2) | - |
| Resgate em investimento de curto prazo | | 36.403 | 364 |
| Aplicações em investimento de curto prazo | | (38.955) | (750) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (36.028) | (1.795) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 7 | 36.145 | 1.891 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | | 36.145 | 1.891 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | | | |
| | | 207 | 2 |
| Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Saldo no início do exercício | 4 | 10 | 8 |
| Saldo no final do exercício | 4 | 217 | 10 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | | 207 | 2 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Eólica do Agreste Potiguar I S.A. (“Companhia”) foi constituída em 12 de março de 2019 e tem como propósito a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares da Central Geradora Eólica AW São João, sob o regime de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A acionista controladora da Companhia, Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), obteve em 21 de janeiro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 8.521, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Eólica AW São João. A central geradora será constituída por 11 unidades geradoras de 2.100 kW cada, totalizando 23.100 kW de potência instalada e 22.869 kW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre. O prazo para início de operação comercial é até 1 de janeiro de 2023 e a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a partir da data da resolução. Em 17 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.453 a autorização foi transferida da Alupar para a Companhia.

Em 26 de novembro de 2020 a Companhia solicitou o enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura – REIDI, que consiste em um incentivo fiscal que suspende a incidência de PIS e COFINS sobre as aquisições de imobilizado relacionados à construção do projeto, o qual foi dado parecer favorável pela ANEEL em 29 de dezembro de 2020 e foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para publicação da portaria específica. Em 25 de janeiro de 2021 o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 493 aprovando o enquadramento do Projeto Central Geradora Eólica AW São João no REIDI. Em 3 de fevereiro de 2021 a Companhia solicitou a habilitação no REIDI à Receita Federal do Brasil e em 11 de fevereiro de 2021 recebeu a habilitação.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala X -Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

1.1. Impactos do COVID-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Administração da Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 14 de março de 2022.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações dos passivos contingentes.

A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritos na nota explicativa 3.5 sobre a constituição de provisões.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício/período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições de ser mantido para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo ganhos ou perdas, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

- **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.3 Imobilizado em construção

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, compreendendo custos de materiais, custos socioambientais, mão de obra direta e indireta, juros elegíveis a capitalização e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração,

A depreciação se iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional que será calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.4 Tributação

3.4.1 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no valor de R\$ 116 (R\$ 88 em 31 de dezembro de 2020), que gerariam potenciais créditos tributários. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que a Companhia esta em fase pré operacional e não apresentará base tributável de resultados até que entre em operação.

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 a norma abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | Remuneração | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------|----------------|------------|------------|
| Banco conta movimento | - | 180 | 2 |
| Aplicações financeiras | Até 20% do CDI | 37 | 8 |
| | | 217 | 10 |

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimento de curto prazo

| | Remuneração | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-----------------------------|----------------|--------------|------------|
| Fundo de Investimento - STA | 100,06% do CDI | 3.138 | 386 |
| | | 3.138 | 386 |

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Imobilizado

O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 representa as adições ocorridas no ativo imobilizado e intangível referentes substancialmente a, investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares da Central Geradora Eólica AW São João. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. Os mesmos estão constituídos da seguinte forma:

| | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Saldo em 31/12/2020 | Adições | Saldo em 31/12/2021 |
|--------------------------------------|------------------------|--------------|------------------------|---------------|------------------------|
| <u>Imobilizado em curso</u> | | | | | |
| A ratear (i) | - | 1.558 | 1.558 | 10.547 | 12.105 |
| Estudos e Projetos | - | 6 | 6 | 421 | 427 |
| Adiantamento a fornecedor | - | - | - | 22.709 | 22.709 |
| Receita de aplicação (ii) | - | - | - | (203) | (203) |
| Total do imobilizado em curso | - | 1.564 | 1.564 | 33.474 | 35.038 |

- (i) Imobilizado em curso - a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (ii) Receita de aplicação: a Companhia agrega, ao custo de construção no ativo imobilizado em curso, as receitas de aplicações incorridas sobre aplicações financeiras. O montante capitalizado até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 203. As taxas de juros aplicáveis para estão demonstradas na nota explicativa 05 (caixa e equivalentes de caixa).

7 Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

7.1 Adiantamento para futuro aumento de capital

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------------------|---------------|--------------|
| AFAC - Alupar Investimento S.A. (i) | 38.043 | 1.919 |
| AFAC - AF Energia S.A. (i) | 23 | 2 |
| | 38.066 | 1.921 |

- (i) A Companhia está em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos por parte da acionista (efetuados à título de adiantamento de futuro aumento de capital) para implantação da Central Geradora Eólica AW São João. Em 31 de dezembro de 2021 os valores acima não possuem características de instrumento patrimonial. Em janeiro de 2022 parte do AFAC foi integralizado conforme divulgado na nota explicativa 12 – Eventos subsequentes. Para o valor residual a Companhia tem a expectativa de integraliza-lo no exercício de 2022.

7.2 Remuneração da alta administração

No exercício findo em 31 dezembro de 2021 a remuneração da Diretoria foi de R\$ 810 e no exercício de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 884.

8 Patrimônio líquido

O Capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é de R\$1, divididos em 1.000 (mil) ações ordinárias, conforme quadro abaixo:

| 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | |
|-------------------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| Ordinárias | | Ordinárias | | |
| Quantidade | % | Quantidade | % | |
| Acionistas | | | | |
| Alupar Investimento S/A | 999 | 99,90% | 999 | 99,90% |
| AF Energia S/A | 1 | 0,10% | 1 | 0,10% |
| Total das ações | 1.000 | 100,00% | 1.000 | 100,00% |

9 Despesas administrativas e gerais

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-------------|-------------|
| Despesas administrativas e gerais | | |
| Serviços de terceiros | (28) | (33) |
| Seguros | - | (7) |
| Doações, contribuições e subvenções | - | (2) |
| Tributos e taxas | - | (9) |
| | (28) | (51) |

10 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

10 Instrumentos financeiros - Continuação

10.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | Mensuração do valor justo | Classificação por categoria |
|------------------------------|----------------|--------------|----------------|-------------|---------------------------|-----------------------------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | | |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa | 180 | 180 | 2 | 2 | - | Custo amortizado |
| Equivalentes de caixa | 37 | 37 | 8 | 8 | Nível II | Valor justo por meio de resultado |
| Investimentos de curto prazo | 3.138 | 3.138 | 386 | 386 | Nível II | Valor justo por meio de resultado |
| | <u>3.355</u> | <u>3.355</u> | <u>396</u> | <u>396</u> | | |
| Passivo | | | | | | |
| Fornecedores | 88 | 88 | 1 | 1 | - | Custo amortizado |
| | <u>88</u> | <u>88</u> | <u>1</u> | <u>1</u> | | |

Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores são classificados como custo amortizado cujo valor justo se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

10.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

10 Instrumentos financeiros - Continuação

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas

Como a Companhia está em fase pré-operacional para a construção de novas instalações, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção do indexador CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

| | | Projeção Receitas Financeiras - Um Ano | | | | |
|---|---------------------------|--|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| Indexador | Posição em 31/12/2021 (*) | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário provável | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
| | | 5,32% | 7,97% | 10,63% | 13,29% | 15,95% |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | CDI 37 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Investimentos de curto prazo | CDI 3.138 | 167 | 250 | 334 | 417 | 500 |

11 Compromissos

No dia 28 de abril de 2021 em reunião do Conselho de Administração foi aprovado a celebração de dois contratos entre a Companhia e a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., sendo: (i) Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem, Montagem e Comissionamento de seis Aerogeradores no valor global de R\$110.410 que compreende o período de maio/2021 a outubro/2022 e (ii) do Contrato de Operação e Manutenção para seis Aerogeradores do parque eólico da Companhia no valor global de R\$5.880, sendo reajustado pelo IPCA, e que compreende o período cinco anos com início em novembro/2022 e término em outubro/2027.

12 Eventos subsequentes

Em 06 de janeiro de 2022 a Eólica do Agreste Potiguar I S.A., através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 52.366. Assim, o capital social, que era de R\$ 1, passa a ser de R\$ 52.367, mediante a emissão de 52.366.392 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 1.

O aumento de capital foi subscrito e integralizado da seguinte forma: (i) subscritas pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), 22.343.756 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram integralizadas mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital- AFAC em capital que totalizam o montante de R\$ 22.344; (ii) Subscritas pela AF Energia S.A. (“AF”) 22.636 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram integralizadas mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital- AFAC em capital que totalizam o montante de R\$ 22; e (iii) Subscritas pela Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”), com renúncia expressa das demais acionistas da Companhia ao direito de preferência para subscrição destas ações, 30.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes ao valor de R\$ 30.000, integralizadas em moeda corrente nacional. Com o aumento de capital realizado a acionista Alupar passou a deter 42,67%, a AF 0,04% e a Foz 57,29% do capital social da Companhia.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2